

Título: A experiência do Sistema Sebrae em Gestão Ambiental

Autor: Paulo César Rezende de Carvalho Alvim

Gerente de Inovação

Sebrae

paulo.alvim@sebrae.com.br

Sumário:

Introdução

A pequena empresa no Brasil

Antecedentes do apoio tecnológico às MPes

A ação em gestão ambiental

A ação futura

Conclusão

Resumo:

As preocupações de ação ambiental no âmbito das MPes levaram o SEBRAE a organizar ações que levassem as técnicas de gestão ambiental a realidade destas empresas, como forma de não permitir a exclusão de mercado por não atender exigências de cunho ambiental.

Esta experiência se consolida a partir de 1995, época que o Sebrae passou a acompanhar as discussões da ISO 14000 e se organizaram internamente com foco em econegócios. Um pouco desta experiência é que é apresentado no presente relato.

Palavras-chave: Gestão ambiental nas MPes – Apoio às MPes

Introdução

A partir dos anos 90 cresceu a pressão sobre as empresas quanto aos aspectos ambientais. Um conjunto de instrumentos passaram a ser disponibilizados para as empresas como forma de atender as novas demandas de mercado, respeitando o meio ambiente.

O desafio que passou a se apresentar foi o de disponibilizar estas ferramentas para as empresas de menor porte, como forma de não excluí-las das oportunidades de mercado, frente a novas barreiras ambientais.

Um pouco do que vem sendo feito nesta área no Sistema Sebrae é o que se pretende apresentar a seguir.

A Pequena Empresa no Brasil

De acordo com os artigos 170 e 179 da Constituição Federal é assegurado às micro empresas e às empresas de pequeno porte - MPE tratamento jurídico diferenciado e simplificado nos campos administrativo, tributário, previdenciário, trabalhista, creditício e de desenvolvimento empresarial.

Mas o que é MPEs no Brasil?

Segundo o Estatuto da Micro e Pequena Empresa, Lei nº 9.841 de 1999, a micro empresa é a pessoa jurídica e a firma mercantil individual que tiver receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00, sendo que a empresa de pequeno porte, tem a receita bruta anual superior a R\$ 244.000,00 e igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00.

Entretanto, no Brasil outros enquadramentos são utilizadas, especialmente pelas autoridades de tributação e crédito, baseadas em faturamento, umas com valores diferentes do Estatuto, como descrito na Tabela 1 a seguir, e outras considerando o número de postos de trabalho, como o IBGE, Ministério do Trabalho e as entidades empresariais, como a CNI, como indicado na Tabela 2.

Tabela 1 – Enquadramento de MPEs

Instituição	Legislação	Micro empresa	Pequena Empresa
Sebrae	Estatuto da Micro e Pequena Empresa – Lei Nº 9.841/99	Receita Bruta Anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00	Receita Bruta Anual igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00
SRF	Lei Nº 9.317/99 – SIMPLES	Receita Bruta Anual igual ou inferior a R\$ 120.000,00	Receita Bruta Anual igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00
MDIC	Estatuto da Micro e Pequena Empresa – Lei Nº 9.841/99	Receita Bruta Anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00	Receita Bruta Anual igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00
SIMPI	Estatuto da Micro e Pequena Empresa – Lei Nº 9.841/99	Receita Bruta Anual igual ou inferior a R\$ 244.000,00	Receita Bruta Anual igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00
CNI	Classifica Micro e Pequena Empresa por número de empregados, para efeito de estatísticas		
CEF	---	Receita Bruta Anual até R\$ 700.000,00	Receita Bruta Anual de R\$ 700.000,00 a R\$ 6.125.000,00
Banco do Brasil	Estatuto da Micro e Pequena Empresa – Lei Nº 9.841/99	Receita Bruta Anual igual ou inferior a R\$ 24400,00	Receita Bruta Anual igual ou inferior a R\$ 1.200.000,00
BNDES	---	Receita Operacional Bruta Anual até R\$ 700.000,00	Receita Operacional Bruta anual superior R\$ 700.000,00 e inferior ou igual a R\$ 6.125.000,00
MERCOSUL	GMC/RES/59, de 07/12/1998	Ind - US\$ 400.000,00 Com - US\$ 200.000,00 Serv - US\$ 200.000,00	Ind - US\$ 3.500,00 Com - US\$ 1.500,00 Serv - US\$ 1.500,00

Tabela 2 – Classificação de Empresas para nº de Empregados

Porte	Nº de Empregados
Micro Empresa	Indústria – até 19 Comércio/Serviço – Até 09
Pequena Empresa	Indústria – 20 a 99 Comércio/Serviço – 10 a 49
Média Empresa	Indústria – 100 a 499 Comércio/Serviço – 50 a 99

Com base nas informações do IBGE, do Cadastro Central de Empresas – 2000, existem 4,1 milhões de empresas no país, das quais 98% são MPEs, sendo 600 mil industriais, 1,5 milhões na atividade de serviço e 2,0 milhões comerciais. Neste contingente de empresas, as MPEs respondem por 45% dos postos de trabalho, sendo 13,6 milhões de empregos formais.

A este contingente, segundo pesquisa da Economia Informal urbana do IBGE de 1997, se somam 9,5 milhões de empresas informais e que podem ser extrapoladas para cerca de 12 milhões nos dias de hoje, onde 86% trabalham por conta própria.

Soma-se ainda cerca de 4,1 milhões de pequenas propriedades rurais de pequeno porte, de forte atuação na agricultura familiar, e de 8 milhões de artesãos.

Estes dados reforçam o posicionamento do Brasil como 7º país do mundo no *rank* mundial de taxa de afinidade empreendedora, medida pelo relatório GEM de 2002, que sinaliza ainda que 56% destes empreendedores, o fazem por necessidade, contra 42% que o fazem por identificação de oportunidades de empreender, fator que em muito justifica as altas taxas de mortalidade de MPEs que se encontram no país.

Estes quantitativos que representam a força da MPE no país, respondem por 20% do PIB e 12% das exportações, números ainda pouco relevantes se comparada a relevância das MPEs no que tange ao número de empreendimentos e na geração de postos de trabalho. Pesquisa do BNDES em 2002 indicou que na última década, as MPEs foram as responsáveis pela geração de novos postos de trabalho no país, já que a grande empresa, desempregou.

Com esta representatividade, deve ser explicitado alguns pontos considerados fundamentais no processo de desenvolvimento das MPEs, já que se apresentam como gargalos à competitividade e sustentabilidade destas empresas:

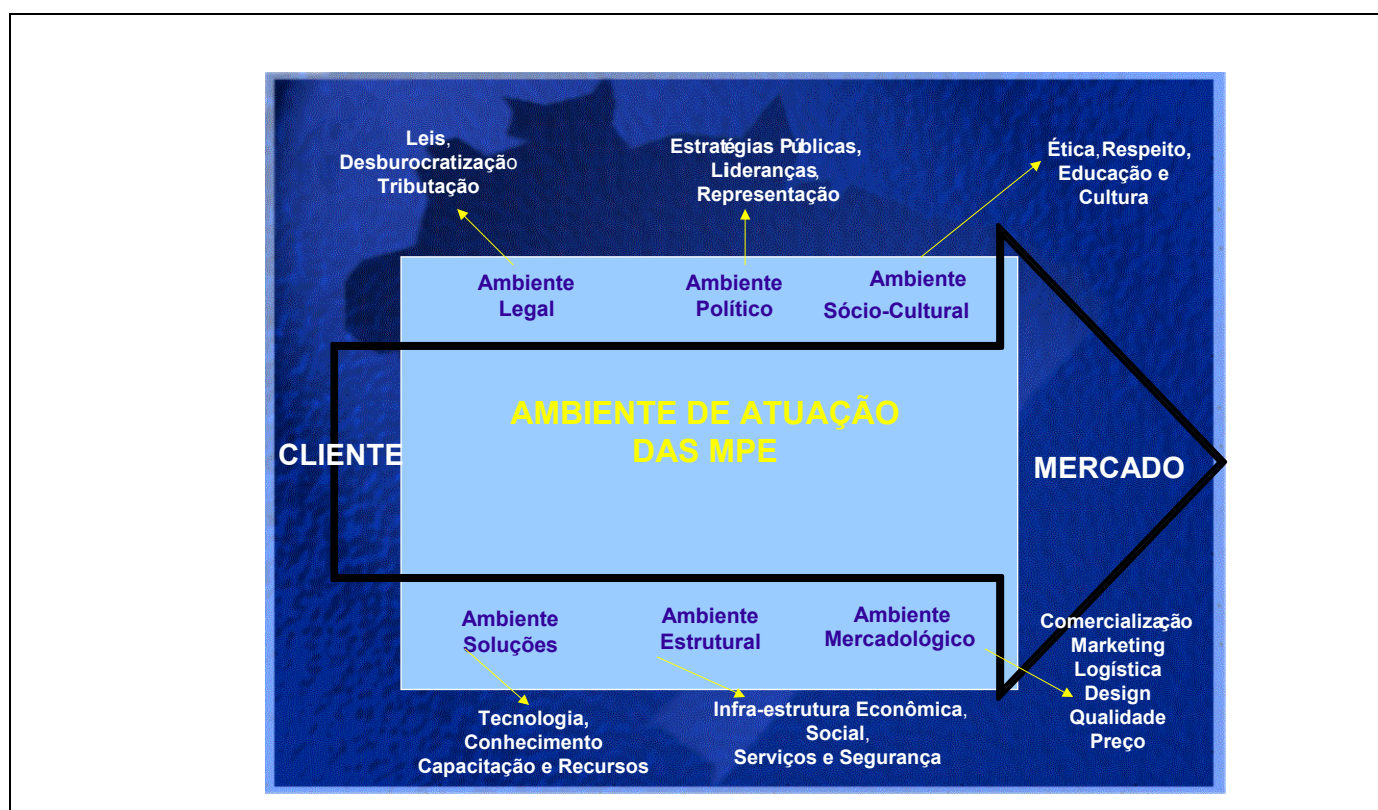
- Acesso a mercados;
- Baixa escolaridade de seus líderes e força de trabalho;
- Acesso a informação e conhecimento;
- Acesso e uso de tecnologia;
- Baixa capacidade inovativa;
- Acesso ao crédito;

- Oferta de crédito inadequado à realidade das MPes;
- Baixo uso de métodos e tecnologias de gestão de negócios;
- Baixo uso das tecnologias de informação e comunicação;
- Ausência de uma cultura de cooperação;
- Baixa representatividade política;
- Excesso de burocracia; e
- Ambiente tributário inadequado.

Este ponto leva o Sebrae a paralelamente ao desenvolvimento de ações de apoio direto às MPes ter uma atuação política de melhoria do ambiente para o empreendedor com sucesso, criando-se um ambiente favorável para os negócios.

Esta lógica pode ser sintetizada na Figura 1, que representa o ambiente favorável para empreender.

Figura 1
Ambiente favorável



Assim, as estratégias de incremento da participação econômica das MPes tem no processo de agregação de valor seu elemento de alavancagem, em especial por meio de acesso e uso de conhecimento, que unam condições para a inovação. A adequação da gestão do conhecimento para as MPes e o aumento da capacidade inovativa colabora de forma efetiva para a competitividade e desenvolvimento sustentável destas empresas.

A gradualidade deste processo, que passa por etapas que vão de mobilização até atividades de PD&E – pesquisa, desenvolvimento e engenharia, de forma evolutiva e agregativa, indicam necessidades de serem criadas condições favoráveis à inovação que passam por estratégias de cooperação, compartilhamento e parceria com a rede de CT&I – ciência, tecnologia e inovação do país, onde a partir do uso desta infra-estrutura existente, poderá se gerar, desenvolver e difundir conhecimento e inovação para as MPEs, ampliando a capacidade de inovação.

A gestão ambiental é uma dessas janelas que precisam ser potencializadas junto às MPEs.

Antecedentes de Apoio Tecnológico às MPEs no Brasil

Apesar de serem a maioria das empresas brasileiras, só a partir da criação do Cebrae – Centro Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa, a 30 anos, as MPEs passaram a ter uma entidade preocupada com o seu desenvolvimento.

Inicialmente acreditava-se que cuidando dos aspectos gerenciais e de acesso ao crédito, garantia-se condições para o bom desenvolvimento das MPEs. Daí o Cebrae ter surgido com forte foco de apoio gerencial às empresas, articulando linhas de crédito adequadas a este porte de empresas, focadas principalmente em capital de giro e investimentos. Ressalvando-se que desde o início do Cebrae surge a visão de sistema nacional, composto pelos CEAGs – Centro Estadual de Apoio a Pequena e Média Empresa, e com a lógica da capilaridade no atendimento.

Entretanto já a partir dos anos 80, se percebe a importância da gestão do processo produtivo nas MPEs, função da possibilidade de ganhos de produtividade a serem obtidos. Em decorrência desta necessidade identificada e considerando o foco gerencial da atuação do Cebrae, a alternativa encontrada, foi parcerizar esta abordagem, de apoio tecnológico às MPEs, com as instituições que faziam ciência e tecnologia no país.

Surge assim o Programa de Apoio Tecnológico às Micro e Pequenas Empresas – PATME, parceria do Cebrae com a Finep – Financiadora de Estudos e Projetos, que envolvia ainda, o conjunto de instituições brasileiras de ciência e tecnologia, que mediante processo de credenciamento, se habilitava a atender por demandas das empresas, a prestação de serviços tecnológicos.

Este programa teve ainda um caráter pedagógico, pois induziu a infra-estrutura de PD&E – pesquisa, desenvolvimento e engenharia, existente no país a se orientar para o atendimento dos problemas e necessidades tecnológicas das MPEs. Estas ações se voltaram em sua maioria para processos de melhoria e racionalização de processo produtivo, desenvolvimento de novos processos e produtos, ações de qualidade, substituição de insumos, desenvolvimento de máquinas, entre outros.

Deve ser destacado que fruto da experiência do PATME, outras experiências de cunho tecnológico foram desenvolvidas no Cebrae, como o PROENE, programa de economia de energia na pequena empresa, também em parceria com a FINEP e envolvendo as concessionárias de energia; as primeiras

ações voltadas a qualidade; disseminação de informações tecnológicas e de tendências em parceria com IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, rede de núcleos do PADCT – Programa de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico e Senai-Cetiqt. Outro destaque é que o PROENE foi a primeira ação do Sebrae de impacto ambiental, pois de foco em conservação e racionalização do uso de energia, permitiu ações que reduziram o desperdício de energia.

O Sebrae começa os anos 90, com cara nova, pois além de trocar o C pelo S, passou a ter uma gestão de serviço social de orientação privada e já inserido num dos instrumentos da nova Política de Competitividade Industrial – PCI. E a partir da prática do discurso da competitividade, tecnologia passa a ser uma das prioridades de apoio às empresas. Em termos de formulação de políticas de apoio às empresas, lastreadas no PCI, surge dois programas: PBQP – Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade e PACTI – Programa de apoio à capacitação tecnológica da indústria. E em ambos o Sebrae é o interlocutor das MPEs, no sentido de torná-las mais competitivas.

Com esse quadro de referencial, as asas da ação de tecnologia no Sebrae se ampliam, sendo que logo o PATME assume um novo patamar de investimentos, o que garantiu um *up grade* no número de atendimentos, que passou a ser em média de 5.000 empresas/ano, além de se buscar não mais atendimentos isolados empresa a empresa (caso a caso), passando-se a se desenvolver experiências e atendimentos setoriais, o que levou a especialização das instituições de PD&E atuantes no programa a desenvolverem o atendimento coletivo, o que passou a dar maior racionalidade ao PATME.

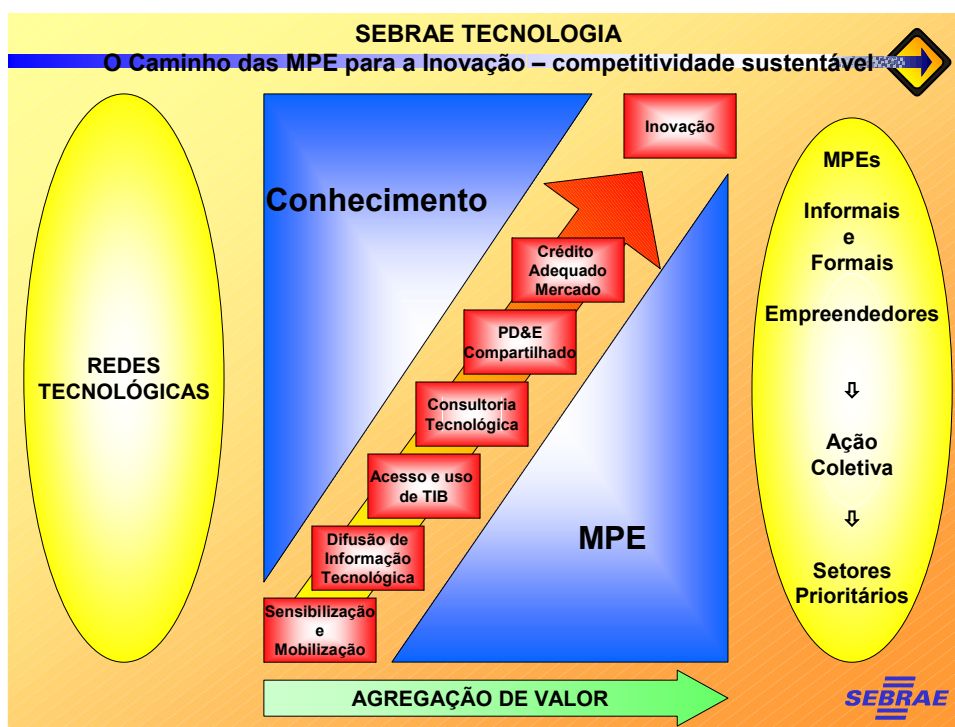
Este contexto, levou ainda ao surgimento de processos de atendimento mais imediatos às MPEs, no que tange a solução de pequenos problemas tecnológicos, como os processos de resposta técnica – que propiciou o surgimento dos Disque Tecnologia das universidades – e de consultorias rápidas, iniciado como Sebraetec no Sebrae/SP.

As unidades do Sistema Sebrae começaram a construir programas de atendimento tecnológico, função de demandas locais existentes, que quando possíveis, eram nacionalizadas e disseminadas pelo país no apoio às MPEs.

Com decorrência do discurso de qualidade praticado no início dos anos 90, e pela presença do Sebrae no PBQP, inicia-se uma parceria Sebrae, SCT – Secretaria de Ciência e Tecnologia e IBQN – Instituto Brasileiro de Qualidade Nuclear, que permitiu o desenvolvimento de programas de qualidade internos ao Sistema Sebrae e voltados às MPEs, que deram origem ao Programa Sebrae de Qualidade total, e com diversas derivações e desdobramentos, como 5 S, ISO 9000, entre outros. Inclusive com a inclusão de setores não industriais, como Qualidade Total Rural.

Nos anos 90 se proliferou a oferta de produtos do Sistema Sebrae no que tange ao apoio tecnológico às MPEs. Se incorpora no DNA do Sistema Sebrae a temática tecnológica, sendo que o desafio passa a ser a criação da cultura da tecnologia nas MPEs, alterando a pauta de prioridades destas empresas em busca de competitividade. Ações em design e outras áreas de inovação, se proliferam, e esta ação pode ser sintetizada pela Figura 2.

Figura 2



Estas ações, em curso, sinalizam de forma concreta a ação do Sistema Sebrae e se inserem no esforço de aumentar a capacidade inovativa das MPEs que podem ser reforçadas pela determinação emanada pelo CDN – Conselho Deliberativo Nacional para o período 2003-2004 e operacionalizado pela atual Diretoria Executiva do Sebrae-NA que definiu como uma das prioridades do Sebrae, promover o acesso à tecnologia e a ampliação da capacidade de inovação, definindo 4 ações prioritárias para este período:

- ampliar e fortalecer programas de adequação e inovação tecnológica de produtos e serviços das MPEs;
- ampliar o uso de recursos dos fundos setoriais do MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia pelas MPEs, especialmente as localizadas nos APLs – arranjos produtivos locais;
- promover o desenvolvimento e a consolidação dos parques tecnológicos e incubadoras de empresas; e
- promover a articulação, estruturação e fortalecimento das redes tecnológicas estaduais, especialmente nos APLs.

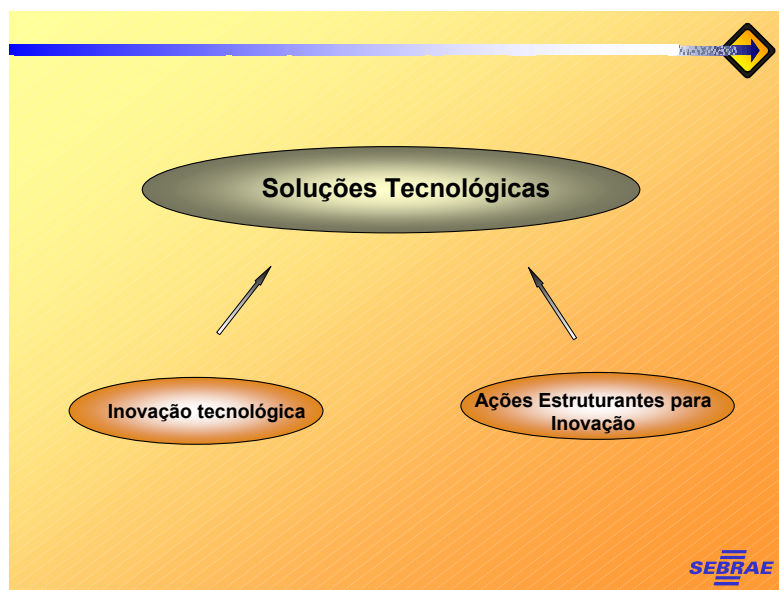
Estes desafios, que significam adequar, ampliar e incorporar as ações de acesso e apoio tecnológico desenvolvido pelo Sistema Sebrae em parceria com as redes de instituições tecnológicas existentes no país, parte da premissa que o trabalho a ser realizado de atender a demanda organizada das MPEs, especialmente as localizadas em APLs, exige ações voltadas a:

- formação da cultura da inovação tecnológica nas MPEs, melhor organizando a demanda por apoio tecnológico;
- oferta de soluções tecnológica para atender as demandas já identificadas e organizadas; e

- ações estruturantes de apoio a infra-estrutura para inovação de forma a homogeneizar a capacidade de atendimento às MPEs localizadas em todo o território nacional.

Este modelo pode ser visualizado na Figura 3.

Figura 3



A ação em gestão ambiental

A ação em gestão ambiental no Sistema Sebrae surge como decorrência da forte presença nos anos 90 do trabalho de se levar qualidade às MPEs e fruto da experiência no uso racional de energia.

A influência da Rio 92 e o início das discussões da ISO 14000, levou o sebrae a se antecipar no sentido de desenvolver um conjunto de ferramentas relacionadas a sistemas de gestão ambiental, adequados à realidade das MPEs.

Com marco temporal em 1995, e a oportunidade de representantes do sistema Sebrae acompanharem missões técnicas brasileiras de observação do que estava acontecendo a nível internacional na área de gestão ambiental, especialmente na Europa, e as discussões iniciais da ISO 14000, levou o Sebrae Nacional, apoiado principalmente na equipe do Sebrae DF, liderado pelo seu Superintendente Nilton de Castro, a construir um conjunto de instrumentos de apoio à gestão ambiental nas MPEs.

Neste sentido, em 1996 foi firmado o projeto piloto de auditoria ambiental para MPEs, em parceria com CNPq, IEL, IBAMA, MMA e Infraero, e que teve o Sebrae DF como executor principal, e que permitiu as seguintes realizações:

- análise crítica ambiental preparatória em 21 pequenas empresas localizadas no AM, BA, CE, DF, ES, MA, MT, GO, MG, PA, PE, RJ, RS, SC e SP;
- edição da publicação A questão ambiental – o que todo empresário precisa saber, com tiragens nacional e adaptada ao DF;

- CD-rom e cartilha Iniciando Gestão Ambiental; e
- cartaz e folder do programa 5 menos que são mais – água, energia, matéria-prima, lixo e poluição.

Fruto desta experiência, em 1997, partiu-se para a experiência de implementação de planos de melhoria do desempenho ambiental e dos sistemas de gestão ambiental – SGA.

Em 1998 foi editado o livro A questão ambiental e as empresas.

Em 1999 foi realizado o primeiro plano de gestão ambiental em Goiás, que serviu de teste e permitiu a disseminação para o Sistema, onde foram realizados 3 cursos de auditoria ambiental (60 treinandos) e em 2001, 3 turmas de gestão ambiental.

A partir de novembro de 2000 iniciaram-se os planos de SGA em uma empresa de São Paulo (resíduos mercuriais), 6 no DF e uma em Goiás (asfalto). As empresas de GO e SP tiveram ainda apoio à certificação ISO 14001. Em 2001 iniciaram-se os trabalhos com as cooperativas de Brasília e Xapuri no Acre e em 2002, os trabalhos no Parque nacional da Tijuca no Rio de Janeiro e na COPLAST (reciclagem de resíduo de plástico) no Amazonas. Neste ano ainda o Sebrae DF editou o livro Sistema Integrado de gestão – meio ambiente, qualidade, saúde ocupacional, segurança e responsabilidade social – conceitos, definições e termos usuais.

Até hoje foram concluídos 12 planos de melhoria de desempenho ambiental e o Sistema dispõe da metodologia Sebrae para elaboração e implementação de SGA composta de:

- Manual do empresário
- Metodologia de elaboração e implementação de SGA
- Material de sensibilização
- Curso de análise e interpretação de ISO 14001
- Curso de formação de auditores internos

Fruto destes trabalhos, em 2001 o Sebrae DF recebeu da Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Alemanha o prêmio ambiental Von Martius – 2001 – 3º lugar, na categoria Humanidade, pelo Programa Sebrae de Gestão Ambiental.

Paralelamente, em 1999 o Sebrae firmou protocolo de intenções com o CEBDS – Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, CNI, BNDES e Senai, para estabelecer núcleos regionais de produção mais limpa.

Em sua primeira fase, foram implantados núcleos nos estados de MT, na FIEMT, que já tendeu 25 empresas e tem se especializado no setor de base florestal; em SC no IEL-SC, que atendeu 21 empresas, sendo 10 MPes; na BA, no Senai-CETIND, onde foram atendidas 17 empresas e onde surgiu a rede de Tecnologias Limpas da BA – rede TECLIM; e em MG, na FIEMG, onde inicialmente foram atendidas 12 empresas de couro (curtume) e neste momento vem sendo desenvolvido um projeto CNI-sebrae com 17 empresas do APL moveleiro de Ubá e 17 empresas no APL calçadista de Nova serrana, além de estar sendo conduzido com recursos Sebraetec – antigo PATME, um plano de controle ambiental no setor de

cerâmicos e com recursos do BDMG um trabalho com empresas de fogos de artifício em São Sebastião do Alto.

O Sebrae apoiou ainda via Sebrae RJ a implantação do Núcleo de produção mais limpa do RJ na FIRJAN e vem acompanhando as experiências do CEBDS com o BNB em Pernambuco (na UFPE) e no CE (na UFC).

Em 2001 o Sebrae realizou uma avaliação do protocolo de intenções e partiu para uma segunda parceria com CEBDS no sentido de ampliar a rede brasileira de produção mais limpa, processo que se encontra em execução desde 2002, onde já se implantaram ações de núcleos em 10 UFs: SE, RJ, RN, MS, DF, AL, PI, AM, AP e PA.

Estas ações vem ocorrendo por meio de ações de sensibilização local, capacitação de consultores e articulação de parceiros locais, com vistas a implantação dos núcleos estaduais.

Este ano será implantado mais um núcleo no ES.

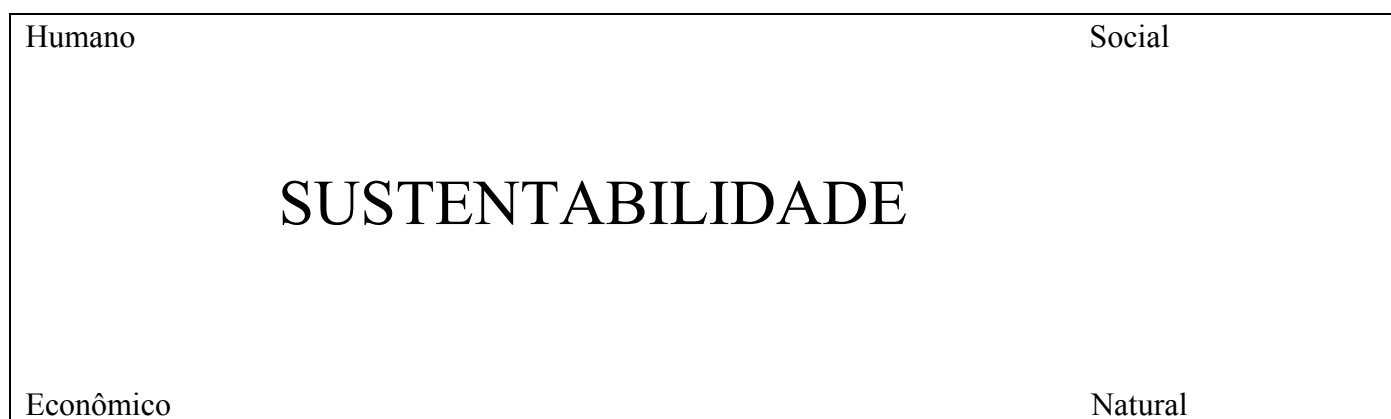
Por fim, outras ações na área ambiental vem sendo conduzidas pelos Sebraes UF no que tange a redução e reutilização de resíduos, com forte viés de geração de oportunidades de trabalho, onde se destacam os trabalhos desenvolvidos pelos Sebraes PR (reciclagem de lixo e aproveitamento de resíduos), RJ (guia de cooperativa de catadores, Programa Bio Consciência, projeto recicla, Brinquedoteca viva, Pro recicla, Consórcio de lixo, pólos de reciclagem), AP (catadores de lixo), ES (artesanato de resíduos), GO (bolsa virtual de resíduos cooperativa de coleta seletiva), RO (cooperativas de reciclagem), DF (redução de desperdícios em MPEs, redução de desperdício e gestão de materiais na construção civil, programa entulho limpo e cooperativa 100 dimensão), AL (reciclagem) e SP (reciclagem).

A ação futura

Na identificação dos fluxos de informação e conhecimento no ambiente empresarial destaca-se que tem que se ter uma capacidade inovativa que garantam a sustentabilidade dessas organizações.

Sustentabilidade entendida no sentido de integrador dos capitais humano, social, econômico e natural, conforme descrito na Figura 4.

Figura 4
Integração de capitais para a sustentabilidade



A análise da prática de empresas líderes com a forma de se desenvolver a difusão do conhecimento científico e tecnológico são as bases do desenvolvimento que busca definir os limites do processo de inovação a partir dos fluxos e redes de relacionamento que criam a ambiência favorável para a inovação e que vem a garantir a sustentabilidade dos empreendimentos. Partindo da premissa que a inovação é o vetor que garante a sustentabilidade. Inovação entendida como um fenômeno sistêmico no sentido de que os processos que geram novos produtos e processos no âmbito da empresa, são gerados e sustentados por interações empresariais e por uma complexa rede de relacionamentos inter-institucionais.

O ambiente de competição no mundo dos negócios atual tem entre os seus alicerces a migração de modelos de desenvolvimento que passam a ser apoiados em aspectos intangíveis e na transição do velho mundo das vantagens comparativas para o novo contexto das vantagens competitivas. Vantagens competitivas entendidas como os fatores que agregam valor a bens e serviços, que dão diferenciação à produção e que garantem sustentabilidade às organizações. Os negócios passam a ser mais complexos e se movimentam rapidamente, dando uma nova dinâmica no empreender, criando uma nova base de competição empresarial.

A competitividade está atrelada à performance das organizações e dos agentes econômicos e sociais, a par da existência de questionamentos à apenas esta abordagem de foco econômico. Competitividade que integra as funções competição e produtividade, onde a produtividade é entendida como o valor do que é produzido por unidade de trabalho ou capital, que depende tanto do valor dos produtos e serviços, quanto da efetividade (eficiência + eficácia) com que foram produzidos.

Competitividade que ocorre em três níveis:

- Sistêmico, compreendido como o ambiente dos fatos oriundos de variáveis incontrolláveis, os fatores externos a empresa, como as leis, a economia e a tecnologia, que estão localizados fora do âmbito empresarial e do próprio setor do qual faz parte a empresa, tendo relação direta com a macroeconomia, com os eventos político-legislativos, a infra-estrutura econômica e social, a demografia, os aspectos culturais e a natureza;
- Estrutural, que se refere aos fatos relacionados à cadeia produtiva em que a empresa está inserida, ao setor de sua atuação e ao aspecto de sua localização territorial, já que a empresa interage no nível local e setorial, rompendo a antiga lógica de apenas se ter relacionamento concorrencial; e
- Empresarial, relacionados à própria empresa, com foco nos sistemas de gestão (recursos humanos, logística, sistemas de informação, canais de distribuição, entre outros): na teoria do negócio e de suas decisões estratégicas; e da atitude empreendedora, que podem ser expressos nos indicadores de produtividade e qualidade.

Verifica-se que a nova abordagem que se apresenta para a competitividade é mais ampla, seguindo uma visão de ambiência para a competitividade, que incorpora as ligações com o marketing de localização e a capacidade de inovação, como os aspectos que criam um ambiente favorável para o desenvolvimento sustentável da produção.

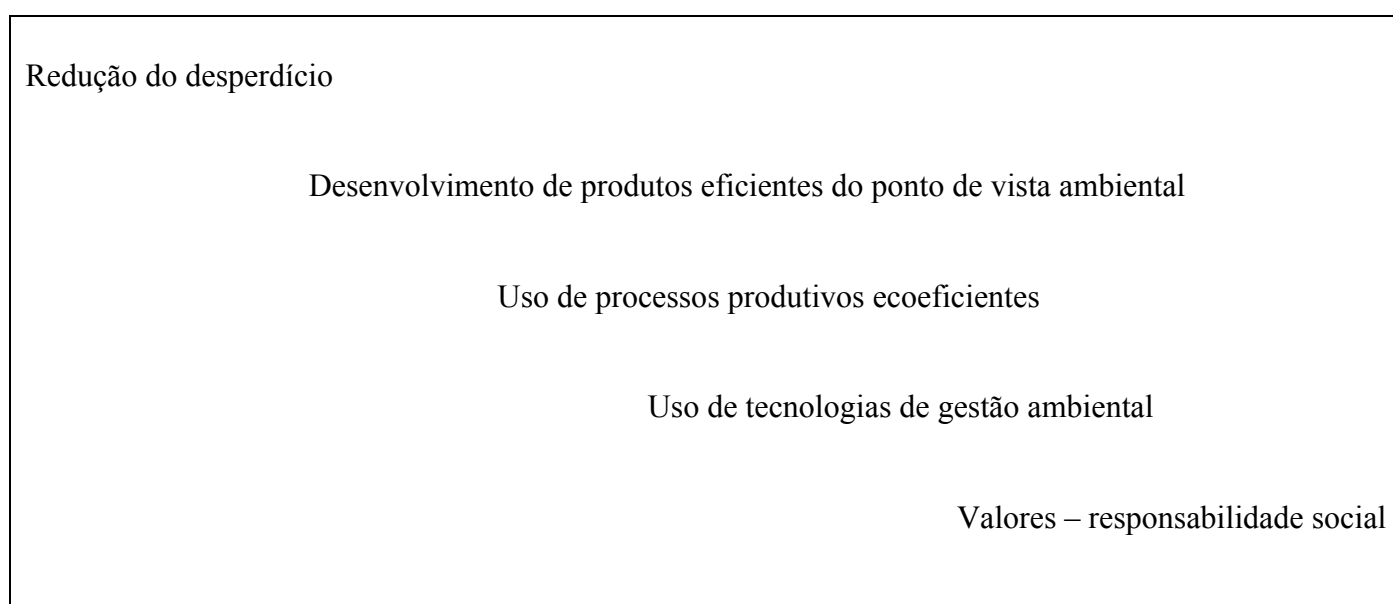
E a sustentabilidade do desenvolvimento tem entre uma de suas bases a criação de ambientes favoráveis para que as empresas sejam competitivas, onde a inovação se torna um fator de sucesso, que vem sendo perseguido especialmente pelas empresas intituladas como de classe mundial, partindo do pressuposto que a excelência é a melhor proteção contra a competição global.

Neste ponto deve ser destacado que partindo do pressuposto que as organizações são um conjunto de pessoas que utilizam recursos para atender determinados objetivos, pode-se utilizar alguns dos preceitos aplicados às ciências da vida, que preconizam a teoria do ciclo de vida das organizações, como base para se buscar esforços de sustentabilidade destas organizações. Sustentabilidade que em termos de organização são obtidas quando se consegue que esta atinja e permaneça na plenitude de sua operação, que exige que a mesma mude sua direção quando necessário, e que o faça quando desejar.

Fatores que constituem as competências essenciais e necessárias às organizações para o desenvolvimento da capacidade de formular, criar e implementar ações que permitam ofertar novos produtos e serviços demandados pela clientela, cada vez mais exigente. As interações com o mercado e com as competências disponíveis, passa ser um referencial de competitividade das organizações, donde emerge a necessidade de se trabalhar com modelos centrados em complementaridade produtiva e de pesquisa, desenvolvimento e engenharia – PD&E, e da capacidade de identificar e prospectar oportunidades de negócios. Partindo do vetor inovação, verifica-se que as organizações para terem sucesso precisarão fazer algo diferente, onde a diferenciação passa a ser a essência do novo ciclo técnico econômico, conhecido como economia da informação ou do conhecimento. Onde o conhecimento passa a ser a nova base da riqueza.

E quando se pensa em inovação e meio ambiente, parte-se da necessidade de se ter estratégias de inserção destes conceitos nas empresas, e fruto da experiência do Sistema Sebrae é que se propõe o seguinte modelo, focado em princípios de ecoeficiência e negócios, aqui denominado de econegócios.

Figura 5



A partir da figura 5, entende-se que uma das formas de real engajamento das MPEs nas questões ambientais parte das premissas de se ter impacto financeiro nas empresas, daí o sucesso de ações de redução e desperdício, pois o impacto é imediato e aí se desenvolve um ciclo que passa por produto-processo produtivo – tecnologias de gestão, que levam naturalmente a questões de valores empresariais de respeito e proteção do meio ambiente.

Esta tem sido alinhada do Sebrae no que se está consolidando como programa sebrae de econegócios que tem as seguintes bases de atuação:

- Campanhas de redução de desperdícios;
- Estudos das cadeias do econegócio;
- Empreendedorismo ambiental;
- Ecoeficiência;

- Agenda 21 das MPEs;
- Educação ambiental para empresários a distância;
- Gestão ambiental – treinamentos e consultoria; e
- Certificação ambiental.

Esta é a proposta que o Sebrae está estruturando neste momento.

Conclusão

Neste breve relato foi apresentado o que o Sebrae vem desenvolvendo nestes últimos anos na área de gestão ambiental, com forte foco de inclusão da temática na agenda das MPEs, dentro do esforço de tornar a gestão ambiental como um fator de diferencial de competitividade destas empresas, colaborando para a qualidade de vida da sociedade e o incremento da competitividade e sustentabilidade das MPEs.

O Sebrae vem desenvolvendo algumas ações mas o desafio é grande, seja pela diversidade das MPEs, seja pela quantidade das empresas, donde a importância de se desenvolver estas ações em parceria com instituições que dominam o conhecimento nesta área.